



Ministério da Saúde
Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
Gabinete

DESPACHO

SGTES/GAB/SGTES/MS

Brasília, 06 de maio de 2021.

Destinatário: **ASPAR/SGTES/MS**

Referência: Ofício nº 52/2021 – CIPANDEMIA ([0020324695](#))

Interessado: Senado Federal – Presidência CPI Pandemia

Assunto: Solicitação de informações – Requerimento nº 35/2021/CIPANDEMIA

1. Em atendimento ao Despacho ASPAR/GM/MS ([0020324703](#)), que se refere ao Requerimento nº 35/2021/CIPANDEMIA ([0020324696](#)), de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, por meio do qual solicita informações para instrução dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI Pandemia), esta Secretaria apresenta análise de forma segmentada do texto do Ofício nº 05/2021/SGTES/GAB/SGTES/MS, como segue:

“Senhora Secretária,

Em cumprimento ao Plano Estratégico de apoio ao Município de Manaus para o enfrentamento à COVID-19 (...)”

- **A secretária da SGTES faz referência ao “Plano Manaus”, elaborado pelo Ministério da Saúde visando debelar a 2ª grave crise da epidemia na capital amazonense.**

“(...) o Ministério da Saúde, (sic) solicita autorização da Secretaria Municipal de Saúde de Manaus (...)”

- **A solicitação de “autorização” se justifica em deferência ao pacto federativo, bem como em respeito à descentralização do Sistema Único de Saúde, atinente ao exercício de ações e serviços públicos de saúde, em atenção ao inc. I do art. 198 da CF/1988, c/c alínea “a” do inc. IX do art. 7º e inc. XV do art. 16, todos da Lei Federal nº 8.080/1990.**

“(...) para que possa realizar no dia 11 de janeiro de 2021 - segunda-feira, a partir das 14h às 22h - visita às Unidades Básicas de Saúde destinadas ao atendimento preventivo à Covid-19, (...)”

- **A solicitação para visita das UBSs (art. 6º da Portaria GM/MS nº 2.436/2017 que institui a Política Nacional de Atenção Básica) advém da necessidade de se conhecer os prováveis problemas de resolutividade na APS do município e,**

consequentemente, compreender as razões da sobrecarga nas estruturas hospitalares em Manaus.

“(...) para que seja difundido e adotado o tratamento precoce como forma de diminuir o número de internamentos e óbitos decorrentes da doença.”

- A difusão, referida no texto, é justamente do conteúdo da atual Nota Informativa nº 17/2020-SE/GAB/SE/MS que tem por propósito **INFORMAR E ORIENTAR os médicos, respeitando a autonomia do profissional** em optar por seguir ou não essas referências de tratamento medicamentoso precoce, quando da presença de casos de pacientes diagnosticados com a COVID-19.
- A adoção, referida no texto, se dá pela urgência situacional que o município de Manaus legitimamente reivindicava. O raciocínio foi: antes mesmo de se saber a real condição da APS do município (mediante visitação às UBSs), cientes do incontestável colapso do SUS-Municipal, **adotar as orientações oficiais do Ministério da Saúde de tratamento à doença**, típicos de medicina preventiva (ações próprias no âmbito da APS), **se apresentou, naquele momento, como algo substancial e inevitável.** Subscritora que era (assim como os demais 6 secretários ministeriais) da Nota Informativa de orientação de tratamento médico e, norteadas pelo princípio bioético da Não Maleficência, conduta outra não se poderia esperar da secretária que não aquela retratada no ofício em exame.

“Aproveitamos a oportunidade para ressaltar a comprovação científica sobre o papel das medicações antivirais orientadas pelo Ministério da Saúde, (...)”

- A atual Nota Informativa nº 17/2020-SE/GAB/SE/MS encontra-se alicerçada por 93 (noventa e três) referências científicas (artigos e estudos clínicos), de maneira que o excerto acima reforça a compreensão junto às autoridades sanitárias de que o rogo pela divulgação e adoção do conteúdo orientativo da Nota em foco não é despendendo.

“(...) tornando, dessa forma, inadmissível, diante da gravidade da situação de saúde em Manaus a não adoção da referida orientação.”

- O arremate do texto exprime a perplexidade da gestora federal, conhecedora e subscritora do trabalho informativo lançado pelo Ministério da Saúde em auxílio orientativo aos médicos para o atual e singular contexto epidêmico (a nota, reitera-se, garante e corrobora a autonomia do médico no exercício da medicina), diante da letargia das autoridades municipais na condução das ações e serviços públicos de saúde locais, em não se servirem de absolutamente tudo que esteja oficialmente disponível para socorrer a população manauara.

2. O objetivo desta signatária, em atenção às competências da União previstas no art. 16 da Lei Federal nº 8.080/1990, era que as autoridades de saúde municipais, em razão das orientações, exaradas na Nota Informativa do Ministério, para manuseio medicamentoso precoce destinado a pacientes diagnosticados com COVID-19, fossem difundidas, transmitidas para os médicos em exercício no município. Estes, por sua vez, poderiam optar ou não por seguir as orientações do MS para efeito de tratamento de seus pacientes.

3. A Nota Informativa nº 9/2020-SE/GAB/SE/MS (substituída pela atual Nota Informativa nº 17/2020-SE/GAB/SE/MS) ([0020404634](#)) é um documento oficial do Ministério da Saúde, datado em

20/05/2020, que garante o direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde (em atenção ao inc. V do art. 7º da Lei Federal nº 8.080/1990), e está parametrizado nas disposições do Parecer CFM nº 4/2020, datado em 16/04/2020, exarado no Processo-Consulta CFM nº 8/2020, (0020404728) sob a relatoria do Conselheiro e Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Mauro Luiz de Britto Ribeiro.

4. Isto posto, sendo estas as considerações a respeito do tema, encaminhem-se os autos à Assessoria Parlamentar (ASPAR), para ciência e medidas que entender cabíveis.

Mayra Isabel Correia Pinheiro

Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Mayra Isabel Correia Pinheiro, Secretário(a) de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde**, em 06/05/2021, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0020404099** e o código CRC **AF493A0E**.

Referência: Processo nº 25000.065527/2021-43

SEI nº 0020404099

Criado por [cora.silva](#), versão 2 por [cora.silva](#) em 06/05/2021 10:33:38.